

CENSO AGROPECUÁRIO JÁ!

Roberto Rodrigues*

O último Censo Agropecuário no Brasil foi realizado em 2006. De lá para cá, foram muito grandes as mudanças havidas no campo.

O IBGE, responsável pelo Censo, teve os recursos para essa função contingenciados pela metade, o que dificulta demais a condição de sua realização. Este é um tema da maior importância pelas razões a seguir apontadas.

Não se pode fazer política pública sem a informação acurada e atualizada da realidade rural no país. Por exemplo, com que objetivo e para onde deve ir o crédito rural? Estudos realizados recentemente sobre o Censo de 2006 por equipe liderada pelo renomado economista Eliseu Alves, da Embrapa, mostram que ações voltadas para a migração de produtores da classe por ele chamada "muito pobres" para uma classe acima, a dos "pobres" representaria uma extraordinária mudança para melhor na renda dos primeiros. Imediatamente vem à cabeça a ideia de que mais crédito associado a uma boa extensão rural ajudaria a promover essa migração, reduzindo a pobreza rural. Eliseu Alves mostra que isso não é bem verdade.

O estudo revela que tínhamos em 2006 cerca de 5.517.489 estabelecimentos rurais. Destes, 15% nada produziam, nada! E do número total de estabelecimentos, foram apenas 500 mil, menos de 10%, que declararam exploração da terra e alguma renda. E destes 500 mil, cerca de 27.306 geraram 51% de toda a produção daquele ano! Se fossem duplicados, pode-se inferir que 54,6 mil estabelecimentos produziram toda a safra de 2006... Seria uma enorme concentração da renda bruta rural. Estamos caminhando para isso?

Outro dado do estudo é que ainda tínhamos no Nordeste 47% da nossa população rural total, enquanto no sudeste só 7% da população viviam no campo. Mas a pergunta é se os nordestinos que ainda viviam na roça estão migrando para as cidades. Ou se continuam lá pela boa razão de que tem suas casas e recebem recursos de programas sociais do governo que permitem uma sobrevivência quase marginal? Em outras palavras, os pobres estabelecimentos rurais do Nordeste serviriam apenas como moradia? Aliás, sabe-se que entre 2000 e 2010 houve um baixo êxodo rural no Nordeste, de 14,95%, enquanto no Sudeste foi de 27,78%, quase o dobro. Isso poderia ser explicado pela falta de renda urbana que justificasse a mudança naquela região? Ou pelo alto custo da migração para cidades mais distantes com renda mais atraente?

Seja como for, o estudo aponta uma muito importante conclusão: há produtores rurais em todo o Brasil que estão à margem de tecnologias modernas, e não apenas nesta ou naquela região. E isso acontece porque, sem renda, não dá para comprar tecnologia. Portanto, seria um erro atribuir à falta de extensão rural o fracasso pela ausência de inovações. Isso se dá muito mais por imperfeições do mercado: o pequeno paga relativamente mais caro pela tecnologia dada sua escala, produz menos e vende mais barato o seu produto. É isso que precisa ser objeto de políticas públicas.

E só será possível adotá-las se conhecermos a realidade atual do campo.

Essas informações não interessam apenas ao governo e suas agências. Interessa ao sistema financeiro, sobretudo aos bancos oficiais que mais emprestam aos agropecuaristas. Interessam aos vendedores de insumos, de máquinas e de serviços, às seguradoras e aos sindicatos, cooperativas e associações rurais. Interessam aos políticos e seus partidos, à academia e até à mídia em geral.

Precisamos do Censo Agropecuário com urgência.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**